

## **XXIII Conferência Internacional de Lisboa**

### **Sessão temática**

### **Prioridades para a Acção Externa de Portugal**

### **Relações Bilaterais**

#### ***Relações de vizinhança entre Portugal e Espanha***

Maria Regina de Mongiardim . Diplomata, Professora universitária

As relações entre Portugal e Espanha estão irrenunciavelmente marcadas pelas condicionantes geográficas do seu território, em que se afirma o antagonismo de dois países geminados, separados por uma fronteira comum. Um contacto obrigado entre duas soberanias, com diferentes dimensões, que rivalizaram pelo poder peninsular e mundial, e que, durante séculos, alternaram mais entre o confronto e o alheamento recíproco, do que na solidariedade e convergência políticas.

Consolidado o poder de Estado, Portugal e Espanha enveredaram por um processo histórico paralelo, que raras vezes convergiu num projecto político comum, não obstante o mesmo tronco etnocultural, a política de casamentos entre as duas casas reinantes, semelhante devoção cristã, igual afã em descobrir novos mundos e em se afirmarem como potências mundiais, idêntico interesse em salvaguardar as suas possessões ultramarinas e a similitude de regimes políticos e ideológicos.

Esta vizinhança entre dois Estados soberanos rivais – central e expansionista o espanhol, periférico e defensivo o português – moldou a consciência política dos seus governantes, as mentalidades das respectivas populações, a organização interna dos territórios nacionais e uma concepção realista da política de coabitação peninsular, com expressão na arrogância displicente dos castelhanos e na mobilização patriótica dos portugueses, na desconfiança e desconhecimento recíprocos, na rarefacção humana da raia fronteiriça, no traçado dos eixos de desenvolvimento nacional, na cultura proteccionista dos dois países e nas escolhas dos seus principais parceiros internacionais. O síndrome de Aljubarrota, que persistiu de 1385 até 1975, determinou, pelo lado português, uma nítida vontade de independência, de resistência e de bloqueio a Espanha, que mais se afirmaria após o interregno de seis décadas de união a Castela e, pelo lado castelhano, um sentimento de frustração e uma política peninsular revisionista, que não deixaria de incluir ambições iberistas, de diverso cunho, percebidas como uma compensação dos desastres nacionais de finais do séc. XIX.

Durante parte do séc. XX, sem voz na Europa e periféricos relativamente às grandes questões mundiais, os dois países mantiveram-se de costas voltadas, entrincheirando-se nos seus problemas internos, de natureza imperial (os portugueses, pelo problema colonial), ou de carácter nacional (os espanhóis, devido aos nacionalismos basco e catalão), coincidindo apenas em termos ideológicos e de regime ou numa tentativa de sublimação dos traumas nacionais, em que Portugal se encerrava numa concepção mítica de único reduto da salvação mundial, e a Espanha evocava a sua grandeza e unidade, sob o manto da hispanidad.

Sendo esse o clima intrínseco das relações luso-espanholas, projectado ao longo de séculos e em que primava a política do interesse nacional vital, momentos houve em que condicionantes da política internacional favoreceram a aproximação dos dois países, fosse por motivos estratégicos, fosse por razões de índole ideológica, tal como aconteceu na II República, na Guerra Civil, na II Guerra Mundial ou na Guerra Fria.

O traço histórico mais marcante das relações entre Portugal e Espanha foi, precisamente, esta política do interesse nacional vital, o que não impediu a alternância com políticas de convergência, de carácter ocasional, ditadas pela conjuntura. Os interesses estratégicos das grandes potências e a definição da nova ordem mundial, provocando um novo rumo nas relações bilaterais, agiram mais como condicionantes do relacionamento luso-espanhol do que um voluntarismo político de natureza nacional.

A descolonização, a democratização da Península, a descentralização do Estado espanhol, a pertença ao mesmo sistema de segurança, a integração europeia e a dinâmica de crescimento da União Europeia, facilitaram este processo de aproximação, introduzindo um maior pragmatismo político e alterando os alicerces do conceito estratégico nacional, em que o “perigo espanhol” seria substituído, inexoravelmente, por uma política realista de diálogo e colaboração, hoje, perspectivada na óptica do “mercado ibérico”. Vizinhos íntimos e íntimos parceiros em diversas estruturas internacionais, algumas de índole supranacional, Portugal e Espanha viram-se forçados a cooperar e a dirimir velhos antagonismos.

Esta evolução decorre, ainda, da alteração estrutural do mundo e da desmobilização do Estado soberano, consequência do fenómeno da globalização, com expressão na intensa fluidez de contactos oficiais e intercâmbio entre as sociedades civis, agentes económicos e culturais, e entidades infraestatais, nos múltiplos compromissos institucionais e transfronteiriços, que ultrapassam em dimensão e responsabilidade domínios de intervenção antes reservados aos poderes políticos do Estado, provocando um novo rumo nas relações bilaterais.

Apesar deste cenário, irreversível, em que a perspectiva económica passou a agir como paradigma das relações bilaterais, o actual desequilíbrio das duas economias, com Portugal mergulhado numa crise económica e de confiança, pode provocar que desponham novos antagonismos no relacionamento luso-espanhol, motivados pelo recrudescimento da política de interesse nacional e pela falta de um factor internacional de aglutinação, cujos sintomas só, eventualmente, poderão ser minorados pela identificação ideológica dos respectivos governos. A Europa em crise não auxilia a boa dinâmica deste relacionamento, refreado, ainda, pela extensão territorial da influência político-económica de que goza o governo de Espanha, o que significa um retrocesso do modelo de uma Espanha plural tão favorável aos interesses estratégicos de Portugal.